

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 5.058, DE 2016

Institui o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas e altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para excluir da área tributável dos imóveis rurais as áreas degradadas em recuperação ou efetivamente recuperadas.

Autor: Deputado IRAJÁ ABREU

Relator: Deputado LÁZARO BOTELHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 5.058/2016, que ora analisamos, pretende excluir as áreas degradadas, que estejam em recuperação ou efetivamente recuperadas, do cálculo da área tributável do imóvel rural a que pertença. Para tanto, institui o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas – PRONRAD.

Referido Programa estabelece incentivos e garantias para estimular os proprietários rurais a investirem na recuperação do solo para atividades de pecuária, agricultura e silvicultura. Assim sendo, a proposição prevê linhas de crédito, isenções tributárias e incentivos financeiros para quem adquirir, recuperar ou dar uso produtivo a áreas degradadas.

Além disso, garante às propriedades que implantarem projetos de recuperação de áreas degradadas não estarem suscetíveis à desapropriação para reforma agrária, por prazos definidos, o mesmo se estendendo se as metas de recuperação de produtividade forem alcançadas

após 3 anos para pecuária, 5 anos para culturas perenes e 10 anos para silvicultura.

Outra alteração proposta é na Lei 9.393/1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR. Aqui o objetivo é transformar o conceito de Grau de Utilização em Grau de Produtividade, com critérios para aferição do mesmo.

A proposição foi distribuída às comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que emitiu parecer pela aprovação; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que ora analisamos; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões em regime de tramitação ordinário.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural analisar o mérito da proposição em tela no que se refere ao seu campo temático. Assim, analisaremos o Projeto de Lei 5.058, de 2016, sob a ótica do setor agropecuário e das políticas agrícola e agrária que o norteiam.

Com essa perspectiva, consideramos de grande valor o incentivo à recuperação de áreas degradadas proposta pelo Projeto de Lei 5.058, de 2016. Afinal, como bem lembra o autor em sua justificção, a principal restrição à reconversão produtiva de áreas degradadas é o alto custo da recuperação quando comparado ao baixo custo da terra “nova”, especialmente em regiões próximas às áreas de expansão da fronteira agrícola.

É inegável que a recuperação de áreas degradadas necessita de estímulo econômico para se tornar viável. Nesse sentido, o presente projeto estabelece um conjunto de incentivos que viabilizam a recuperação e comercialização de terras degradadas, tornando essas atividades mais atrativas do ponto de vista econômico.

Acreditamos que o incentivo que aqui se propõe contribui para a construção de um meio ambiente mais equilibrado, e de um agronegócio ainda mais competitivo no cenário internacional.

Diante do acima exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.058, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado LÁZARO BOTELHO
Relator